

O IMPACTO DO SPED NA CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL CONTÁBIL FRENTE ÀS DECLARAÇÕES DE INFORMAÇÕES FISCAIS

Wendsson Farias Pereira¹
Vlademir Betaressi²

Resumo: Esta pesquisa propôs-se a analisar o impacto do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) na Contabilidade Tributária, identificando os desafios e perspectivas da formação do profissional contábil frente às declarações de informações fiscais. Em relação aos procedimentos metodológicos, classificou-se como pesquisa descritiva com abordagem quantitativa e de campo, sendo feito o levantamento de dados por meio da utilização de um questionário estruturado contendo 13 questões fechadas e 3 abertas que foi aplicado aos profissionais da área contábil, a fim de que explanassem a sua percepção em relação às reais contribuições do SPED para a contabilidade e o seu impacto na rotina dos profissionais contábeis. Os resultados apontaram que o SPED contribuiu para o aumento da responsabilidade desses profissionais de forma muito significativa. Esses resultados ressaltam a necessidade de constante atualização por parte dos profissionais contábeis, que devem se adequar a cada nova alteração significativa relacionada à sua área de atuação.

Palavras-chave: SPED; Impacto na Contabilidade; Tecnologia da informação; Profissional Contábil.

.....
¹ Graduado em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo (Unasp). E-mail: wendsson-farias10@gmail.com

² Mestre em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Fecap. E-mail: betaressi10@gmail.com

THE IMPACT OF SPED ON TAX ACCOUNTING: CHALLENGES AND PROSPECTS OF ACCOUNTING PROFESSIONAL TRAINING VS. TAX INFORMATION DISCLOSURES

Abstract: This research aimed to analyze the impact of the Public Digital Bookkeeping System (SPED) on Tax Accounting, identifying the challenges and perspectives of the accounting professional's training in relation to tax information declarations. Regarding the methodological procedures, it was classified as a descriptive research with a quantitative and field approach, and the data were collected through the use of a semi-structured questionnaire containing 13 closed questions and 3 open questions, applied to accounting professionals, in order to explain their perception of real SPED's contributions to accounting and its impact on accounting professionals' routine. The results showed that SPED contributed to increase the responsibility of these professionals in a very significant way. These results emphasize the need for constant updating by accounting professionals, who must adapt to each new significant change related to their area of professional action.

Keywords: SPED; Impact on Accounting; Information technology; Accounting professional.

Introdução

Atualmente, a contabilidade enquanto ciência social aplicada reflete, de maneira clara e objetiva, a influência da evolução científica e tecnológica que o mundo globalizado experimenta. A padronização das informações contábeis, bem como o avanço na informatização do processo de fiscalização entre o fisco e os contribuintes, proporcionou um novo cenário econômico e financeiro no qual tanto o agente ativo quanto o passivo utilizam e compartilham informações geradas e integradas pelas organizações. Informações essas com finalidade gerencial e para suprir as exigências e necessidades do fisco.

Com a constante evolução da tecnologia da informação, não demorou muito até que o fisco observasse que poderia aperfeiçoar os seus processos de fiscalização a partir dessa tecnologia. Nesse contexto, buscando a simplificação das obrigações acessórias e uma arrecadação tributária mais efetiva, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 42, aprovada em 19 de Dezembro de 2003, que introduziu o inciso XXII ao art. 37 da Constituição Federal, determinando que as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios atuem de forma integrada, inclusive com o cumprimento de cadastros e de informações fiscais. Surge então o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), constituindo-se como parte do Programa de Aceleração do Crescimento do

Governo Federal PAC 2007-2010, sendo instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de Janeiro de 2007³ (AZEVEDO; MARIANO, 2009).

Sabe-se, que as autoridades tributárias nacionais possuem sofisticados equipamentos de fiscalização, capazes de cruzar com rapidez e precisão uma enorme gama de informações dos mais diversos contribuintes, e o SPED veio com o objetivo de contribuir com a padronização do cumprimento das obrigações fiscais, para tornar mais eficiente a identificação de ilícitos tributários com a melhoria do controle dos processos e a fiscalização mais efetiva sobre as operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica (AZEVEDO; MARIANO, 2009). Dito isso, o sistema busca uniformizar o cumprimento de informações, facilitar a auditoria e agilizar a análise e processamento das informações geradas pelas empresas (BRASIL, 2007).

Segundo Giroto (2008), a ideia é promover uma maior integração do Fisco em todas as suas esferas, visto que as movimentações contábeis e fiscais serão enviadas para uma base de dados compartilhada por diversas entidades. Observa-se também que as autoridades tributárias nacionais instituem o SPED não somente como um novo aparato tecnológico capaz de padronizar e uniformizar um grande número de informações, mas sim como um meio mais eficaz de autuar e penalizar possíveis sonegadores.

Mediante o contexto abordado, esta pesquisa busca responder a seguinte questão: “Qual a percepção de profissionais que atuam na área contábil e realizavam cursos de aprimoramento profissional em uma empresa da Zona Leste de São Paulo, quanto aos impactos do SPED na contabilidade tributária e a consequente prestação de informações ao fisco?”

Em decorrência do questionamento proposto, o objetivo desta pesquisa é analisar quais os impactos do SPED na contabilidade tributária, identificando os desafios e as perspectivas da formação, aprimoramento e desenvolvimento dos profissionais contábeis e áreas correlatas frente à prestação de informações ao fisco, e o comportamento dos mesmos diante do universo de atuação do profissional contábil e das exigências inerentes à sua profissão.

Sabe-se que, em meio a tantos avanços tecnológicos e com eles o surgimento de inúmeras exigências estabelecidas pelo fisco, a formação do profissional contábil é parte integrante e fundamental para que posteriormente a relação entre o fisco e os contribuintes seja intermediada por profissionais aptos e capacitados para auxiliar na gestão e controle das empresas. Para Santos e Souza (2010), é necessário o entendimento e a eficiência do profissional de contabilidade para a tomada de decisões, principalmente porque o contador passou a ser reconhecido como um profissional imprescindível e absoluto no controle das informações que auxiliam no processo decisório.

Toda obrigação fiscal estabelecida pelo fisco exige, por parte dos responsáveis por sua realização, um amplo conhecimento técnico e o domínio efetivo de inúmeras habilidades pertinentes a essa atividade. Com o SPED não é diferente, pois é uma ferramenta

.....
³ BRASIL. Decreto. nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007. Decreto do Presidente da República, o qual institui o sistema público de escrituração digital. Brasília, jan. 2007; 186º da independência e 119º da república. Disponível em: <<https://bit.ly/2INo0WO>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

que proporciona uma maior abrangência na transmissão de informações referentes aos seus contribuintes (informações essas que são de pleno interesse do agente ativo) e, principalmente, por sua característica de potencializar a fiscalização, combater a sonegação fiscal e, conseqüentemente, aumentar a arrecadação de tributos.

Mediante o contexto explanado anteriormente, esta pesquisa justifica-se pelo interesse em expor e discutir a necessidade da constatare adaptação tanto das empresas quanto dos profissionais contábeis em relação às exigências e ao conjunto de informações apresentadas ao fisco. Esta pesquisa também busca contribuir para a produção e difusão do conhecimento científico mediante o aprofundamento em relação ao assunto. Entende-se também que o assunto é de interesse social, portanto visa contribuir para a ampliação do pensamento no que tange à relação do fisco e do contribuinte dentro do contexto econômico e financeiro do Brasil.

Metodologia

Mediante o objetivo da pesquisa, que consiste em analisar quais os impactos do SPED na contabilidade tributária, desenvolveu-se um trabalho descritivo com abordagem quantitativa. De acordo com Gil (2002), as pesquisas descritivas têm como finalidade primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, com análise, registro e interpretação das mesmas, ou então, o estabelecimento de relações entre as variáveis estudadas. Quanto à abordagem quantitativa, Gil (2002, p. 134) alega que “nas pesquisas quantitativas, as categorias são frequentemente estabelecidas *a priori*, o que significa sobremaneira o trabalho analítico”.

Quanto aos procedimentos, classifica-se como pesquisa de campo, que procura muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis (GIL, 2002).

A coleta de dados foi realizada por intermédio da aplicação de questionário estruturado, contendo 13 perguntas fechadas e 3 perguntas abertas a profissionais que atuam na área contábil. Estes estavam realizando cursos de especialização e desenvolvimento profissional em uma empresa especializada no desenvolvimento de *softwares* administrativos e de gerenciamento empresarial da Zona Leste de São Paulo. Foi aplicado um total de 150 questionários a quatro salas de cursos com temas da área contábil, no dia 25 de março de 2017, com o objetivo de verificar a percepção desses profissionais em relação ao impacto do SPED na contabilidade tributária.

Obteve-se um total de 130 questionários respondidos contemplando uma amostra constituída por profissionais atuantes na área contábil de diversas empresas. Posteriormente, os dados obtidos foram submetidos à organização e análise através do *Software Excel*.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Formação profissional do contador

O profissional contábil desempenha uma importante função no cenário empresarial, pois dedica-se a gerar e sintetizar informações que são de interesse dos mais diversos usuários das informações contábeis. Este define-se como o agente que pode qualificar, quantificar e interpretar os efeitos das transações planejadas para tomar decisões e resolver problemas (CAVALCANTE; SHNEIDERS, 2008),

Diante das prerrogativas profissionais e do Código de Ética Profissional dispostos na resolução CFC Nº 560/83,⁴ encontram-se lavrados os aspectos inerentes à conduta do profissional de contabilidade, bem como os direitos e deveres no exercício de suas atividades. É importante ressaltar que o Código de Ética Profissional dos contabilistas busca salientar o uso das habilidades do contador com plena responsabilidade ética e social.

Para Figueiredo e Fabri (2000), é indispensável ao profissional contábil habilidades básicas para o fornecimento de informações relevantes para cada ramo ou área de interesse dos negócios. Esse aspecto ressalta a profundidade e importância da formação profissional da área contábil, onde lhe é atribuído, por meio de um amplo e variado leque de conhecimentos específicos à capacidade necessária para identificar, analisar e, finalmente, determinar o impacto das transações no patrimônio das entidades.

Segundo a Resolução CFC nº. 560/83, artigo 2º, o contador pode exercer a sua profissão em diversas áreas como:

Profissional liberal, autônomo, de empregado regido pela CLT, de servidor público, de militar, de sócio de qualquer tipo de sociedade, de diretor ou de conselheiro de quaisquer entidades, ou em qualquer outra situação jurídica pela legislação, exercendo qualquer tipo de função. Essas funções poderão ser de analista, assessor, assistente, auditor, interno ou externo, conselheiro consultor, controlador de arrecadação, “controller”, educador, escritor ou articulista técnico, escriturador contábil ou fiscal, executor subordinado, fiscal de tributos, legislador, organizador, perito, pesquisador, planejador, professor ou conferencista, redator e revisor.⁵

Observa-se que, dentre as atribuições relacionadas à formação do profissional de contabilidade, este possui uma gama de conhecimentos econômicos, financeiros, tributários, organizacionais e comportamentais que são de suma importância para convergir

.....
⁴ BRASIL. Lei nº 560/83, de 28 de outubro de 1983. Dispõe sobre as prerrogativas de que trata o artigo 25 do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 28 de out. 1983. Disponível em: <<https://bit.ly/1MqRNdS>>. Acesso em: 1º mar. 2019.

⁵ BRASIL. Lei nº 560/83, de 28 de outubro de 1983. Dispõe sobre as prerrogativas de que trata o artigo 25 do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 28 de out. 1983. Disponível em: <<https://bit.ly/1MqRNdS>>. Acesso em: 1º mar. 2019.

dados e informações, a fim de que sejam utilizados para auxiliar na tomada de decisão, mediante os princípios e normas técnicas que regem o contador.

É imprescindível ao contador manter-se atualizado e atento às constantes evoluções científicas e tecnológicas empregadas em prol da contabilidade. A implantação do SPED acarretou mudanças significativas na rotina dos profissionais contábeis. O SPED aumentou a responsabilidade desses profissionais, uma vez que envolve fatores ligados a conhecimentos técnicos e específicos, bem como de outras áreas, como TI (DUARTE, 2008).

SPED e tecnologia da informação

A tecnologia da informação (TI) trouxe uma nova perspectiva em relação ao compartilhamento das organizações. De acordo com Silva e Periotto (2007), o uso da TI nos diferentes tipos de empresas está cada vez mais inserido nas atividades operacionais internas, nas atividades de gestão e planejamento e nas atividades ligadas ao relacionamento externo.

A padronização das informações contábeis é um avanço tecnológico significativo nos processos de contabilidade. A necessidade de geração, integração e processamento de informações contábeis mais detalhadas para as tomadas de decisões e estratégias empresariais é facilmente suprida, graças à utilização de sistemas informatizados que permitem a construção de relatórios mais precisos e detalhados e a facilidade da criação de bancos de dados e atualização. Para Albertin (2001), o domínio de novas tecnologias visa potencializar a contribuição da área de informática nas organizações, de modo que esta possa oferecer soluções mais ágeis e coerentes com a realidade de seus usuários.

É importante ressaltar que a tecnologia da informação dentro da contabilidade busca tornar o processo da empresa mais dinâmico e seguro, sobretudo tendo como objetivo principal gerar as informações necessárias para facilitar o processo de tomada de decisão e para dar aos administradores o suporte necessário para planejar, organizar, controlar e direcionar seus negócios. Essa perspectiva justifica a característica do SPED como um avanço do processo tecnológico empresarial, pois a sua instituição está correlacionada não simplesmente aos processos contábeis, mas também à integração e padronização das informações contábeis para o aperfeiçoamento da entrega de informações ao fisco.

Nota fiscal eletrônica - (NF-e)

A Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) foi o primeiro dos projetos de integração tributária, desenvolvido de forma integrada pelas Secretarias de Fazenda⁶ dos Estados e pela Receita Federal do Brasil⁷ (AZEVEDO; MARIANO, 2009).

.....

⁶ Informações retiradas do *Manual de Orientação do Contribuinte 2012*, emitido pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, em 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2C5W6zo>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

⁷ Informações retiradas do *Manual da NF-e 2010*, emitido pela Receita Federal do Brasil, em 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/2EyZjlc>>. Acesso em: 31 out. 2016.

Dentro do contexto das evoluções tecnológicas a favor do sistema nacional de fiscalização, a NF-e surgiu como uma forte aliada do fisco no processo de fiscalização da movimentação de mercadorias e prestação de serviços. Para Young (2009), a NF-e visa substituir a emissão de documento fiscal em papel por documento eletrônico, e tem como objetivo principal a implantação de um modelo nacional, com validade jurídica, simplificando as obrigações acessórias dos contribuintes, ao mesmo tempo em que proporciona ao fisco o controle efetivo das movimentações comerciais.

Segundo o Manual NF-e (2012), a nota fiscal pode ser conceituada como um documento de existência exclusivamente digital, emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar uma operação de circulação de mercadorias ou uma prestação de serviços, cuja validade jurídica é por duas condições necessárias: a assinatura digital do emitente e a autorização de uso fornecida pela administração tributária do domicílio do contribuinte.

Para o governo, a elaboração do modelo da Nota Fiscal Eletrônica foi idealizada para ser um modelo nacional, possibilitando o compartilhamento e troca de informações entre os fiscos, bem como auditorias eletrônicas e o cruzamento dessas informações (AZEVEDO; MARIANO, 2009). Pretende ainda observar principalmente o impacto positivo da implementação da Nota Fiscal Eletrônica, desde benefícios aos contribuintes como também às administrações tributárias.

Escrituração contábil digital - (ECD)

A Escrituração Contábil Digital veio para alterar a forma de cumprimento das obrigações acessórias realizadas pelos contribuintes, substituindo a emissão de livros e documentos contábeis e fiscais em papel por documentos de natureza puramente eletrônica, cuja sua autoria, integridade e validade jurídica são reconhecidas por meio da certificação digital (AZEVEDO; MARIANO, 2009).

De acordo com Duarte (2008, p. 107), a Escrituração Contábil Digital (ECD) “é o pilar contábil do SPED”. Isso porque foi instituída para fins fiscais e previdenciários, bem como para substituir a escrituração que antes era realizada em papel. Para Azevedo e Mariano (2009), diante da diversidade das obrigações acessórias e as formas de entrega, a uniformização de obrigações passa a ser necessária não somente ao governo, mas também a todos os que estão envolvidos no processo. Isso porque para os autores, com o compartilhamento da informação, facilitará de um lado a geração das obrigações dos contribuintes, e de outro o acesso das informações entre os diversos órgãos envolvidos na informação.

A Escrituração Contábil Digital (ECD) é parte integrante do projeto SPED e o seu principal objetivo consiste na escrituração e transmissão, via arquivo digital, dos registros do livro diário, livro razão, balancete, balanço e outros relatórios igualmente importantes.

Escrituração fiscal digital - (EFD)

De acordo com Young (2009), a Escrituração Fiscal Digital tem como objetivo substituir a emissão de livros fiscais (registro de entradas, registro de saídas, registro de inventário,

registro de apuração do IPI e registro de apuração do ICMS) em papel por versão puramente digital. A empresa deverá gerar um arquivo a partir de sua base de dados, de acordo com o leiaute estabelecido em Ato Cotepe, com as informações de todos os documentos fiscais e outras informações de interesse dos fiscos federal e estadual, de acordo com o período de apuração dos impostos ICMS e IPI, sendo o arquivo posteriormente submetido à importação e validação pelo PVA fornecido aos usuários.

Para Ruschel *et al.* (2011), a EFD é mais um dos avanços governamentais importantes para a contabilidade, pois todos os dados contábeis serão digitais, reduzindo os custos com a impressão dos livros fiscais e o espaço de armazenamento, proporcionando aos órgãos fiscalizadores maior controle da movimentação dos contribuintes.

A Escrituração Fiscal Digital (EFD) abrange os principais livros e registros de entradas, saídas, inventário, ICMS e IPI, e ainda outros documentos de controle de crédito. Ou seja, constitui-se como um conjunto de informações fiscais de interesse do fisco, tendo como principal objetivo apresentar a apuração dos impostos das operações realizadas pelos contribuintes. Nesse contexto, Brito⁸ explica que o contribuinte irá, através de sua base de dados, gerar um arquivo digital com informações de suas movimentações fiscais, sendo que o arquivo contemplará informações de todos os documentos fiscais de entrada, saída, registros de apuração do ICMS e IPI, livros de registro de inventário e outras informações solicitadas pelas administrações tributárias coordenadas pela Receita Federal do Brasil conforme leiaute pré-definido.

Modernização e otimização da gestão tributária

A nova perspectiva de transações feitas em meio digital permite que as interações entre o governo e os contribuintes ocorram sem a necessidade de intermediários, o que possibilita a economia de recursos e tempo despendido. Dessa forma, a TI cria condições para que os governos estimulem mudanças relevantes à promoção da governança, tais como o controle e a participação social nas ações governamentais, bem como a promoção de práticas anticorrupção e de transparência (VILELA *et al.*, 2012).

A otimização da gestão tributária, bem como a modernização de sua estrutura de fiscalização e captação de recursos, é impulsionada pela necessidade de um acompanhamento fiscal mais expressivo por parte dos órgãos fiscalizadores. Segundo Neves Júnior *et al.* (2011), fez-se cada vez mais necessário o controle e uma maior segurança do tráfego das informações que são recebidas e enviadas pelas empresas às esferas do governo.

Segundo Leony (2006), a implantação de soluções tecnológicas inovadoras no que diz respeito à fiscalização é fundamental, pois pode contribuir para uma maior eficiência e efetividade na recuperação de receitas, bem como minimizar o tempo de permanência de empresas que atuam com base em procedimentos fraudulentos para a sonegação de impostos.

.....
⁸ Informações retiradas do texto *SPED Fiscal: SPED Fiscal agora é lei*, de Demes Brito. Disponível em: <<https://bit.ly/2NBTNsy>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

Segundo Monegatti (*apud* DUARTE, 2008), essa é uma significativa transição na relação fisco-contribuinte, situação originária ainda na década de 1980, com a criação do Programa Nacional de Desburocratização (PND), instituído pelo decreto nº 83.740, de 1979. Desde então, outras medidas legais foram adotadas pelo erário, sempre objetivando a qualidade do atendimento ao público mediante a integração dos órgãos governamentais. O aperfeiçoamento da utilização dos meios magnéticos nas rotinas fiscais invocou a necessidade de unificar e compartilhar informações entre os fiscos federal, estaduais e municipais, já que a Ementa Constitucional nº 42, de 2003, introduziu relevante alteração nesse sentido.

É indispensável, portanto, a modernização da gestão tributária do país para o processamento eficaz da demanda de informações a serem utilizadas pelas plataformas e bancos de dados que estão sob o seu poder. Modernização esta que, de forma paulatina e gradual, tem se tornado cada vez mais visível na sociedade com o surgimento de novas ferramentas de fiscalização e obrigações acessórias.

Análise de dados

Caracterização da amostra

Na empresa desenvolvedora de *software* da Zona Leste de São Paulo, que também oferece cursos de aperfeiçoamento profissional, foram analisadas as turmas dos cursos voltados à área contábil, sendo que 80 profissionais são do sexo feminino e 50 pertencem ao sexo masculino, totalizando 130 profissionais para análise da pesquisa. Desse público, 80% atuam ou já desenvolveram alguma atividade na área contábil e 20% em alguma outra área. O Quadro 1 apresenta as principais funções desenvolvidas pelos profissionais que atuam na área contábil.

Quadro 1: Funções desenvolvidas pelos profissionais

FUNÇÃO	FREQUÊNCIA (F)	%
Auxiliar Contábil/Fiscal	43	42%
Assistente Contábil/Fiscal	20	19%
Analista Contábil/Fiscal	19	18%
Contador (a)	8	8%
Outros	14	13%
Total	104	100%

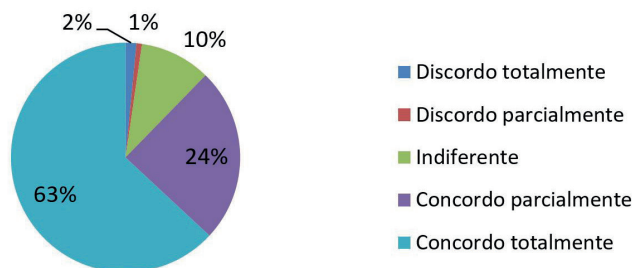
Fonte: Do autor com dados da pesquisa

Conforme descrito no quadro 1, dentre as principais funções desenvolvidas pelos profissionais da amostra que atuam na área contábil, 42% afirmam desenvolver a função de Auxiliar Contábil/Fiscal, 19% mencionam atuarem como Assistente Contábil/Fiscal, 18% como Analista Contábil/Fiscal, 8% apenas como contadores, e 13% que desenvolvem alguma outra atividade correlata à área contábil.

Análise das opiniões dos profissionais

Perguntou-se aos profissionais a respeito da contribuição do SPED para o aumento da responsabilidade do profissional contábil, visando analisar se de forma positiva ou negativa o SPED influenciou a rotina desses profissionais.

Gráfico 1: Contribuição para o aumento da responsabilidade do profissional contábil

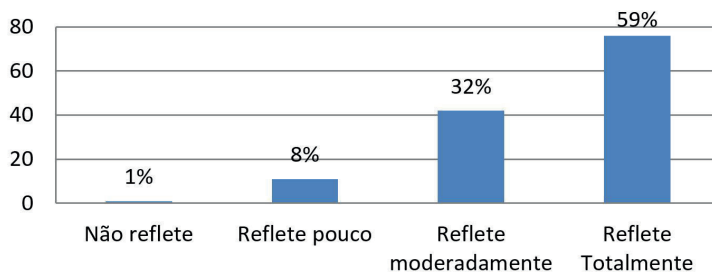


Fonte: Do autor com dados da pesquisa

Com esses dados, observa-se que 63% dos profissionais dos cursos de especialização profissional mencionaram concordar totalmente sobre a contribuição do SPED para o aumento da responsabilidade do profissional contábil, e que 24% concordaram, mas com alguma ressalva, em relação ao assunto. Posicionamento de ambos justificados pela mudança de paradigma em relação à forma como as informações dos contribuintes passaram a ser processadas e pelos profissionais responsáveis, bem como da fiscalização cada vez mais presente por parte do governo e controles mais eficientes. O que está de acordo com a visão de Duarte (2008), que menciona que o SPED aumentou a responsabilidade do profissional contábil, uma vez que a sua utilização requer conhecimentos técnicos e específicos, e até mesmo de outras áreas como a tecnologia da informação.

Também foram analisadas as opiniões dos profissionais em relação ao SPED ser um reflexo da influência da tecnologia da informação (TI) a favor da contabilidade, conforme demonstrado no gráfico 2.

Gráfico 2: Evolução da tecnologia da informação

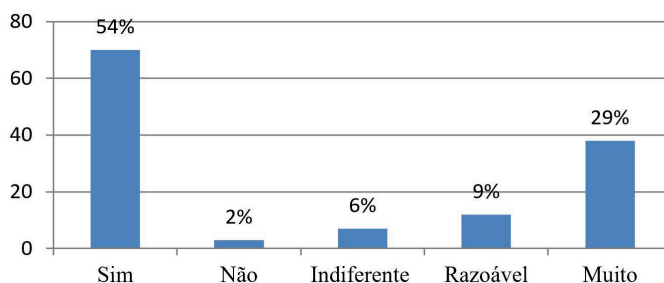


Fonte: Do autor com dados da pesquisa

Observa-se que há uma expressão significativa de 59% dos profissionais e de outros 32% que concordam de forma total ou parcial respectivamente, com uma ligação entre o SPED e a tecnologia da informação que passou a ser uma ferramenta indispensável à contabilidade. O que está de acordo com Silva e Periotto (2007), que afirmam que a tecnologia da informação passou a ser incorporada nas atividades operacionais internas, nas atividades de gestão e planejamento, e nas atividades ligadas ao relacionamento externo dos mais diversos tipos de empresas, o que ressalta a importância adquirida pela TI dentro das organizações, e que cada vez mais é necessário que empresas se adaptem a essas mudanças, bem como a incorporação gradual dessas tecnologias em sua rotina.

Albertin (2001) corrobora ao enfatizar que o domínio de novas tecnologias visa potencializar a contribuição da área de informática nas organizações, de modo a simplificar as relações das empresas através do fornecimento de soluções ágeis e coerentes. Foi proposto o questionamento a respeito da transparência e o monitoramento feito das operações contábeis, com o objetivo de analisar se de acordo com a opinião dos profissionais o SPED contribuiu para o aumento desses dois itens integrantes da governança corporativa aplicáveis à administração pública.

Gráfico 3: Aumento da transparência e monitoramento das operações contábeis



Fonte: Do autor com dados da pesquisa

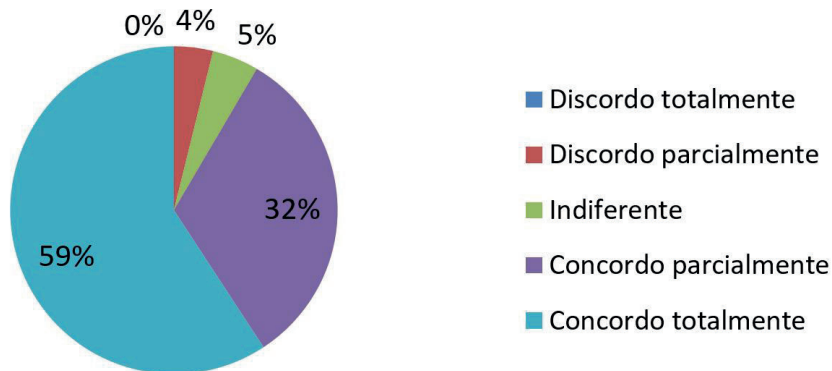
Conforme demonstrado no gráfico 3, os dados apontam que, na opinião de 54% dos profissionais, o SPED aumentou a transparência e o monitoramento das operações contábeis dos contribuintes, gerando facilitação do processamento, organização e recepção das informações contábeis

fornecidas pelas organizações ao fisco, e 29% reconhecem um aumento significativo desses itens em relação às operações contábeis, mas que não chega a ser um aumento total desses elementos.

Os achados corroboram Vilela *et al.* (2012), que fazem alusão principalmente à nova perspectiva do relacionamento entre o fisco e o contribuinte, onde tecnologias como o SPED e outras permite o relacionamento direto entre os dois agentes. Esse relacionamento, segundo eles, permite que o governo estimule mudanças relevantes que ressaltam o controle, a promoção de práticas anti-corrupção, transparência entre outros fatores. A perspectiva dos autores vai ao encontro direto das principais características que o SPED procura apresentar, sendo a fiscalização e o monitoramento as principais delas. Diante disso, a opinião dos profissionais analisados está totalmente alinhada ao pensamento e percepção dos autores.

Em relação à fiscalização, foi questionado aos profissionais se a implantação de tecnologias inovadoras como o SPED tem real contribuição para melhorar o processo de fiscalização do governo e, conseqüentemente, aumentar a receita tributária devido à diminuição da sonegação, que está demonstrado no gráfico 4.

Gráfico 4: Eficiência na fiscalização e aumento da arrecadação



Fonte: Do autor com dados da pesquisa

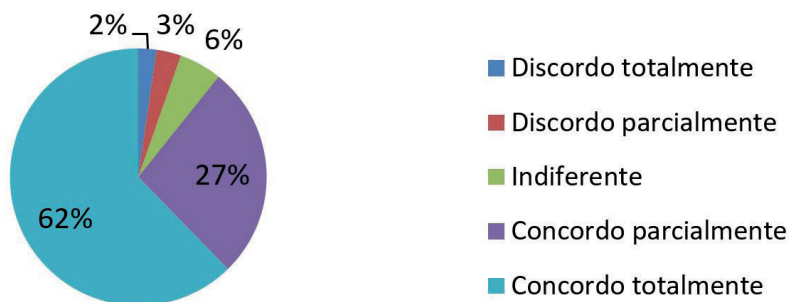
Na análise, apontou-se que 32% aqueles que concordaram parcialmente em relação à sentença proposta, e que a maioria com 59% dos profissionais concorda totalmente com a relação entre a implantação de tecnologias como SPED a favor dos procedimentos contábeis e a contribuição delas para tornar a fiscalização mais efetiva por parte do agente ativo e aumentar a sua captação de tributos.

Leony (2006) enfatiza que é fundamental a uma fiscalização cada vez mais eficiente e efetiva a implantação de soluções tecnológicas inovadoras e atualizadas, pois a sua contribuição é muito significativa no que diz respeito à recuperação de receitas, bem como a minimização do tempo de permanência das empresas que atuam com base em procedimentos

fraudulentos para a sonegação de impostos e outras atividades ilícitas, confirmando os achados nesta pesquisa.

Foi proposto identificar se a partir do momento em que as obrigações acessórias passaram a serem executadas por meio de documentos eletrônicos, foi propiciada também a segurança na transmissão das informações contábeis geradas pelas empresas.

Gráfico 5: Rapidez e segurança na transmissão das informações contábeis



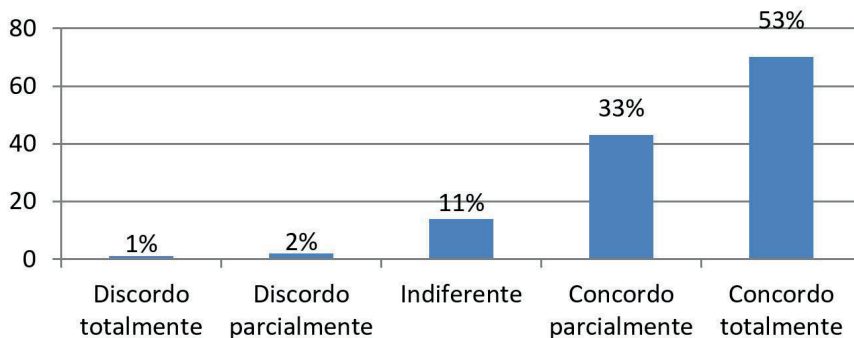
Fonte: Do autor com dados da pesquisa

Dos 130 profissionais analisados, 2% apenas mencionaram discordar totalmente da contribuição do SPED para o aumento da rapidez e segurança da transmissão das informações contábeis, 27% afirmam concordar parcialmente no que se refere ao aumento da rapidez e segurança, ocorrido devido à utilização do SPED, e 62% mencionaram concordar totalmente com influência positiva e o aumento substancial da rapidez e segurança na transmissão das informações contábeis devido à utilização do sistema.

Isso confirma o que mencionam Azevedo e Mariano (2009), que o projeto SPED veio para alterar a forma de cumprimento das obrigações acessórias realizadas pelos contribuintes, principalmente devida à substituição dos livros e documentos contábeis e fiscais em papel por documentos de natureza puramente eletrônica, cuja autoria, integridade e validade jurídica são reconhecidas por meio de procedimentos também de natureza eletrônica, como por exemplo, a certificação digital.

Dentro da percepção da uniformização do cumprimento das obrigações acessórias por meio do SPED, foi proposto identificar se o sistema contribui para que haja um maior planejamento por parte do profissional contábil na efetuação dos registros e produção de informações fiscais que servirão de auxílio à gestão para a tomada de decisão e suporte na organização das informações apresentadas aos usuários.

Gráfico 6: Planejamento na produção de informação à gestão para tomada de decisão



Fonte: Do autor com dados da pesquisa

Dos profissionais analisados, a maioria (53%) concorda totalmente que o SPED contribui para que haja um maior planejamento por parte do profissional contábil em todos os processos de efetuação de registros e produção de informações de uso da gestão administrativa, seguido de 33% que apontam concordar parcialmente com a contribuição do sistema.

O que está de acordo com Fabretti (2014), ao afirmar que, para um planejamento eficiente e eficaz, é necessário utilizar tecnologias e sistemas modernos, pois entende que a eficiência e exatidão dos registros contábeis são fundamentais para que a administração planeje suas ações pois esta é, entre outras funções, um instrumento gerencial para a tomada de decisão.

Em relação às respostas positivas sobre o questionamento proposto, os principais usuários do sistema mencionam a necessidade de melhoria nos manuais de informações a respeito do layout do sistema, bem como a simplificação do processo de identificação de erros e avisos no sistema. Salientam também, a necessidade de aprimoramento no que diz respeito à interface gráfica e visualização de modo geral.

Destaca-se também o interesse por parte dos profissionais que haja uma constante evolução no sistema, a fim de que seja possível a incorporação de outras obrigações acessórias na base de registros componentes do SPED a serem enviados ao fisco, para que dessa forma seja possível a diminuição do tempo empreendido por esses profissionais a outras obrigações que fazem parte da sua rotina diária.

Considerações finais

O SPED é uma inovação tecnológica oriunda da revolução da tecnologia da informação a favor da contabilidade, e não demorou muito para que o fisco incorporasse a sua estrutura de fiscalização e controle sobre as movimentações dos contribuintes, um aparato tecnológico capaz de padronizar e uniformizar as operações e informações processadas pelas empresas. Essa mudança de paradigma em relação ao cumprimento das obrigações contábeis

está diretamente relacionada à natureza da contabilidade que, enquanto ciência social aplicada, está ligada intrinsecamente aos aspectos sociais do mundo moderno. Portanto, todas as vezes, que a sociedade evoluir, a contabilidade também evoluirá juntamente com ela.

Constatou-se que, na visão dos profissionais, o SPED atribuiu responsabilidades às empresas e profissionais contábeis, bem como demandou maior capacitação por parte dos profissionais responsáveis pelo seu envio aos órgãos responsáveis pela sua recepção. Observou-se ainda a sua contribuição para a transmissão, rapidez, transparência e segurança no envio das informações contábeis.

De acordo com a pesquisa aplicada, constatou-se que 63% dos profissionais dos cursos de especialização profissional mencionaram concordar totalmente sobre a contribuição do SPED no que diz respeito ao aumento da responsabilidade do profissional contábil. A pesquisa apontou ainda que a maioria (59%) dos profissionais está totalmente de acordo com a relação entre a implantação de tecnologias como SPED a favor das movimentações contábeis e a contribuição delas para tornar a fiscalização mais efetiva por parte do governo, aumentando substancialmente a captação de tributos.

Verificou-se também que 53% dos profissionais disseram concordar totalmente que o SPED contribui para um maior planejamento por parte do profissional contábil na efetuação dos registros e produção de informações fiscais que servirão de auxílio à gestão para a tomada de decisão. Fabretti (2014) corrobora os resultados encontrados ao afirmar que um planejamento eficiente e eficaz se faz mediante a utilização de sistemas modernos e tecnologias necessárias, pois estes auxiliarão na efetuação de registros e na produção de informações necessárias à gestão.

Conclui-se que o SPED contribuiu para o aumento da responsabilidade desses profissionais de forma muito significativa, e os resultados ressaltam a necessidade de constante atualização por parte dos profissionais contábeis, que devem se adequar a cada nova alteração significativa relacionada à sua área de atuação.

Para pesquisas futuras, sugerem-se estudos que apresentem as principais diferenças entre a rotina dos profissionais contábeis que atuam em empresas obrigadas a utilização do SPED e das empresas que não estão obrigadas a sua utilização, como o Simples Nacional, por exemplo.

Referências

ALBERTIN, L. A. **Administração de informática: funções e fatores críticos de sucesso**. 3. ed. São Paulo: Atlas 2001.

AZEVEDO, O. R.; MARIANO, P. A. **SPED: Sistema Público de Escrituração Digital**. São Paulo: IOB, 2009.

DUARTE, R. D. **Big Brother Fiscal II: na era do conhecimento**. 2. ed. Belo Horizonte: Ideas At Work, 2008.

DUARTE, R. D. **Big Brother Fiscal III O Brasil na era do conhecimento:** como a certificação digital, SPED, e NF-e estão transformando a gestão empresarial no Brasil. 2. ed. São Paulo: Idea@work, 2009.

FABRETTI, L. C. **Contabilidade Tributária.** 14. Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIROTTO, M. SPED Contábil, o novo paradigma. **Revista Brasileira de contabilidade**, n. 170, p. 14-19, 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2NFix3a>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

NEVES JÚNIOR, I. J.; OLIVEIRA, C. M.; CARNEIRO, E. E. Estudo exploratório sobre os benefícios e desafios da implantação e utilização do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED na opinião de prestadores de serviços contábeis no Distrito Federal. *In*: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 8., 2011, São Paulo (SP). **Anais [...]** São Paulo, Congresso USP, 2011. 1 CD-ROM.

LEONY, M. G. S. **Informação como instrumento de inteligência na área fiscal:** estudo de caso na SEFAZ. 2006. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

RUSCHEL, M. E.; FREZZA, R.; UTZIG, M. J. S. O impacto do SPED na contabilidade: desafios e perspectivas do profissional contábil. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 10, n. 29, p. 9-26, 2011.

SANTOS, M. L.; SOUZA, M. A. A importância do profissional contábil na contabilidade gerencial: uma percepção dos conselheiros do CRC/MG. **E-civitas Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais do Uni - BH**, Belo Horizonte, v. III, jul. 2009.

SILVA, R. S.; PERIOTTO, A. J. Políticas de investimentos em tecnologia e a gestão da informação no setor público municipal: o caso da Prefeitura de Campo Mourão – PR. *In*: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO DA INFORMAÇÃO, 1., 2007, Florianópolis. **Anais ...** Florianópolis: ANPAD, 2007.

VILELA, S. G. N.; FREIRE, G. H. A.; DIAS, G. A. A tecnologia da informação e a gestão pública. **Revista do Mestrado Profissional Gestão em Organizações Aprendentes**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 167-182, 2012.

YOUNG, L. H. B. **SPED Sistema Público de Escrituração Digital.** Curitiba: Juruá, 2009.